

Existências insurgentes: um debate sobre sofrimentos psíquicos de mulheres negras na política partidária¹

Debora Simões de Souza (UFRJ/Brasil)

Palavras-chave: política, gênero, raça

Resumo: Proponho realizar uma análise sobre as violências raciais e de gênero sofridas por mulheres negras que ocupam cargos na política partidária. O campo etnográfico do qual este resumo é produto concentra-se em acompanhar mulheres negras cis e trans vinculadas à partidos de esquerda, atuantes no Estado do Rio de Janeiro. Atualmente, realizo uma pesquisa de pós-doutoramento acompanhando, pessoalmente e virtualmente, mulheres negras que exercem funções como deputadas (federal e estadual) e uma vereadora no contexto carioca. Argumento que as experiências de mulheres negras da política partidária podem ser compreendidas tanto como sofrimento psíquico individual como sofrimento coletivo. Ao sofrer racismos ou discriminação de gênero um duplo sofrimento é causado, pois grande parte dessas pessoas estão trabalhando a favor dos direitos das minorias sociais das quais elas mesma fazem parte. Estou preocupada como operam os mecanismos de opressão nas instituições políticas oficiais, ou seja, como certos corpos e subjetividades são violentamente atacados por agentes políticos da extrema direita no Brasil contemporâneo. Essa análise será realizada a partir das diferentes categorias que constituam a vítima entre ela o gênero, faixa etária, a raça, local de nascimento, entre outras. Nesse contexto analítico, também pretendemos apresentar um debate ligado aos diferentes campos de conhecimento interessados no entendimento e desnaturalização dos modos de opressão contemporâneos geradores de sofrimento psíquico, como modo de pensarmos maneiras de minimizar esses danos que são micro e macros.

Introdução

No dia 02 de maio de 2024 o Tribunal Regional Eleitoral do Rio de Janeiro (TRE-RJ) condenou o deputado estadual Rodrigo Amorim do União Brasil por violência política de gênero contra a vereadora travesti negra da cidade de Niterói, no Rio de Janeiro

¹ Trabalho apresentado na 34ª Reunião Brasileira de Antropologia (Ano: 2024)

Benny Briolly do PSOL. Pela primeira vez na história do Brasil um caso de violência de gênero na política teve uma condenação. Certamente, um marco histórico que evidencia a força da luta das mulheres na política brasileira.

Talvez o nome Rodrigo Amorim tenha soado familiar. Explico o porquê. Este deputado ficou conhecido por participar da destruição da placa da rua onde havia uma homenagem à vereadora negra brutalmente assassinada, Marielle Franco. O ato foi realizado no contexto da disputa das eleições presidenciais e estaduais de 2018, poucos meses após ao assassinato de Marielle Franco e Andreson Gomes os na época candidatos pelo PSL (Partido Social Liberal) Rodrigo Amorim e Daniel Silveira organizaram uma manifestação na Praça Marechal Floriano Peixoto, conhecida como Cinelândia, em que retiraram a placa com o nome de Marielle Franco.

De acordo com reportagens da época, a placa havia sido colocada por integrantes do PSOL na frente da original, com o nome do marechal e ex-presidente da república durante a ditadura civil-militar no Brasil. A foto que tanto circulou em 2018, os dois comemoram de cima de um carro de som com as mãos erguidas, Rodrigo Amorim, aparece na fotografia em primeiro plano com a placa já quebrada e dividida em duas partes. Outra imagem dessa manifestação da extrema direita, mostra o candidato a governador do Rio de Janeiro (que posteriormente foi eleito para o mandato de 2018 a 2022), ex-juiz federal Wilson Witzel do PSC (Partido Social Cristão).

Rodrigo Amorim foi o deputado estadual mais votado no Rio de Janeiro, em 2018. Ele foi reeleito em 2022 para o mesmo cargo e em 2024 é pré-candidato a prefeito do Rio de Janeiro. Quatro anos após o ato de destruição da placa em homenagem a Marielle Franco a grande mídia voltou ao caso. Rodrigo Amorim e Daniel Silveira voltaram a posar com um fragmento da placa, que encontra-se emoldurado e compõe a decoração do gabinete de Rodrigo Amorim na Alerj (Assembleia Legislativa do Estado do Rio de Janeiro). A fotografia foi divulgada no dia 08 de março (Dia Internacional da Mulher) de 2022. Amorim e Silveira seguram o pedaço da placa sorridentes, na parede ao fundo podemos ver um fuzil e um retrato do senador Flávio Bolsonaro do PL- RJ (Partido Liberal- Rio de Janeiro), filho do hoje, ex-presidente Jair Bolsonaro que na época era vinculado ao PL.

O argumento construído pelos políticos autores desse ato lamentável baseia-se na ideia de restauração da ordem, supostamente destruída por integrantes do PSOL, pois os mesmos estariam usando o assassinato de Marielle Franco para promover seus ideias

políticas e difundir ações caóticas. Rodrigo Amorim, no dia Internacional da Mulher, do ano de 2022, afirmou que não se arrependeu do ato realizado 4 anos atrás e justifica-se:

Eu e Silveira continuamos muito alinhados, tomando decisões em conjunto. Nunca nos arrependemos do gesto, mesmo criticado, porque sempre deixamos claro que a nossa questão era com o Psol, que explorava e ainda explora esse episódio lamentável do assassinato covarde da vereadora. Nosso gesto foi de restauração da ordem e está mais do que provado que, para as mulheres, a ordem é preferível ao caos (SARTORI, 2002, s.p.).

O ex-deputado federal Daniel Silveira foi preso em 2021 por ataques ao Supremo Tribunal Federal (STF).

Em 16 de fevereiro de 2021, o Ministro do Supremo Tribunal Federal Alexandre de Moraes determinou a prisão, em flagrante delito, do deputado federal Daniel Lúcio da Silveira (PSL-RJ), acusado de ter praticado crimes contra a Segurança Nacional por meio de um vídeo gravado e publicado na plataforma Youtube, decisão referendada no dia seguinte pelo Plenário da Corte. Em seguida, o parlamentar foi denunciado pelo Ministério Público Federal, indicando o órgão ministerial que o denunciado usou, nos dias 17 de novembro de 2020, 06 de dezembro de 2020 e 15 de fevereiro de 2021, com o fim de favorecer interesse próprio, de agressões verbais e graves ameaças contra ministros do STF, tendo ainda incitado a animosidade entre as Forças Armadas e a Corte Suprema e tentado impedir o livre exercício do Poder Judiciário (RAPOSO, 2022, p. 268).

O caso de Daniel Silveira é um dos mais polêmicos da política atual e inclui ações em diferentes etapas da sua carreira política, envolvendo o Supremo Tribunal Federal, sobretudo na pessoa do Ministro Alexandre de Moraes e também do ex- presidente da República, Jair Bolsonaro (BEZERRA; CORDEIRO, 2023). A notoriedade do caso pode ser resumido brevemente a partir de algumas ações que se destacam: “manifestações públicas contra o STF e o Supremo Tribunal Eleitoral (STE), condenação à prisão, proibição do uso de redes sociais e o indulto² concedido pelo presidente Jair Bolsonaro” (BEZERRA; CORDEIRO, 2023, p. 24). Mais recentemente, tivemos a prisão do agora ex-deputado pelo PTB- RJ (Partido Trabalhista Brasileiro) e a negação do pedido de redução da pena. Os advogados de defesa de Daniel Silveira fizeram o pedido que foi negado pelo Supremo Tribunal Federal (STF).

² O indulto é: “um benefício mediante o qual o Presidente da República concede perdão total ou parcial a indivíduos previamente condenados por crimes. Esta medida, efetivada por meio de Decreto Presidencial, confere ao presidente da República a autoridade para suspender, extinguir ou reduzir as penas associadas a condenações criminais, estando regulamentado pelo artigo 84, XII da Constituição Federal” (PEREIRA; ROCHA; FERREIRA, 2024, p. 2).

Na história política recente do Brasil as imagens de Daniel Silveira, Rodrigo Amorim e Wilson Witzel estão ligadas a destruição da placa em homenagem à Marielle Franco. A jornalista e assessora de imprensa de Marielle, Fernanda Chaves, única sobrevivente do atentado que matou a vereadora e o motorista Anderson Gomes. Fernanda Chaves em entrevista à *Carta Capital* lamenta que os políticos não foram responsabilizados juridicamente pela violência promovida ao destruírem uma homenagem à vereadora e ativista dos direitos humanos brutalmente assassinada.

Essas três figuras e suas misancenés, juntamente com Bolsonaro, simboliza, além do ódio e da mentira, a aposta na ruptura das instituições democráticas. Daniel Silveira quebrou a placa que homenageava uma mulher que já tinha morrido, uma autoridade que foi assassinada, e ficou por isso mesmo. Se elegeu. A violência política no Brasil tem endereço certo: atinge na maior parte das vezes as mulheres, os negros e negras, pobres e trabalhadores (THUSWOHL, 2022, s.p.).

A jornalista Fernanda Chaves destaca um dado importante para esse artigo: as minorias sociais são as principais vítimas de violência política no Brasil. Os corpos e existências das mulheres, dos negros, das mulheres negras, das pessoas trans, dos pobres e trabalhadores são sistematicamente atacados na política partidária. O caso envolvendo a vereadora Benny Briolly (PSOL-RJ) faz parte de um conjunto com muitos outros de violências políticas nos últimos anos na história política do Brasil.

Benny Briolly: acontecimentos históricos

A vereadora negra Benny Briolly da cidade de Niterói apresenta-se nas redes sociais: 1º Travesti eleita no Estado - RJ, Favelada, Axé e Ecosocialista. Ela também destaca a filiação partidária, o PSOL. No imaginário social brasileiro a política é feita por homens brancos de posses. Numa sociedade racista e sexista um corpo negro travesti não pode ocupar cargos decisórios, ainda mais se esses forem postos na política partidário. Outras profissões são associadas a outras existências, presentes no nosso imaginário social. Para as mulheres negras, em geral, na mentalidade social estão separados os cargos de cuidado das casas e de seus moradores.

O reconhecimento de determinadas funções laborais é mais “comuns” para certos indivíduos, como é o cargo de empregadas domésticas para as mulheres negras no Brasil é produto do sucesso do mito da democracia racial (GONZALEZ, 2020). A perpetuação de

um imaginário social que enquadra os serviços de cuidados, principalmente, os com baixa remuneração às mulheres e sobretudo as mulheres negras. A construção e difusão de narrativas sobre mulheres negras sofrem poucas mudanças, elas operam no processo de consolidação de imagens estereotipadas de submissão na representação social. No contexto norte americano um movimento semelhante acontece e é analisado por Patricia Hills Collins (2019) por meio da expressão conceitual de “imagens de controle”.

Benny Briolly não se encaixaria na imagem criada sobre ela socialmente e nem ocupa um posto de trabalho compatível com tal construção de imagem. A política partidária é branca e masculina, segue um modelo heteronormativo. A vereadora negra tem o corpo, a voz e a história de vida diferentes da maioria dos vereadores da maioria das cidades do território nacional. Benny está no conjunto de mulheres racializadas atuantes na política e que suas atuações se opõem à extrema direita conservadora.

Um levantamento feito pela CNN- Brasil apontou que apenas quatro partidos políticos têm paridade entre mulheres e homens ou predomínio feminino, são eles: PSOL (61%), PMB (53%), PT e PC do B (ambos com 50%). Atualmente, há 31 partidos registrados no Tribunal Superior Eleitoral (TSE) desse conjunto 23 que forneceram informações para o estudo publicado em 08 de março de 2023. Quando o critério raça é associado a gênero esses números são ainda menores, indicando a pouca inserção de mulheres negras nos partidos políticos.

A partir desses dados é possível pensarmos sobre a solidão das mulheres negras na política partidária brasileira, e, ainda mais, das travestis negras, nesses espaços. Nesse contexto hostil de trabalho Benny já sofreu diversos tipos de assédios e violências. Em meios a lutas uma vitória no processo de combate a violência política de gênero: o deputado Rodrigo Amorim foi condenado após ameaçar, ofender e constranger Benny Briolly. Um marco histórico porque é a primeira condenação por violência política de gênero na Justiça Eleitoral. Segundo informações da página eletrônica do Tribunal Regional Eleitoral:

A ação penal eleitoral foi movida pelo Ministério Público e pela vereadora, tendo em vista que, em discurso proferido na Assembleia Legislativa do Rio (Alerj), em 17 de maio de 2022, Amorim ofendeu a parlamentar, chamando-a de “boizebu” e “aberração da natureza”, entre outras ofensas.

O deputado foi condenado à pena de um ano, quatro meses e 13 dias de prisão, que acabou sendo convertida em multa de 70 salários mínimos e prestação de serviços à população em situação de rua.

O julgamento do caso envolvendo Benny Briolly e Rodrigo Amorim aconteceu em 02 de maio de 2024 e ganhou grande repercussão na mídia. O Tribunal Regional Eleitoral do Rio de Janeiro (TRE-RJ) condenou, por 4 votos a 2, Rodrigo Amorim por violência política de gênero contra a vereadora trans Benny Briolly.

Nas redes sociais da vereadora algumas postagens sobre a decisão do TRE-RJ:

HISTÓRICO! RODRIGO AMORIM É CONDENADO POR VIOLÊNCIA
POLÍTICA DE GÊNERO
CONTRA A VEREADORA @bennybriolly!

A condenação de Amorim acontece no caso de assédio, constrangimento e humilhação da vereadora Benny Briolly durante uma sessão plenária na Alerj.

Essa vitória é um marco
na luta das mulheres no Brasil.
Com ela, se fortalece a necessidade de construir a Lei de Violência Política de Gênero, que garante a segurança das mulheres,
principalmente das negras e LBTs, em seu ingresso e permanência na política.

O parlamentar já havia antes quebrado a placa de rua em homenagem à Marielle Franco. Por isso essa decisão histórica é, mais do que nunca, uma vitória por Dandara, Aqualtune, Tereza de Benguela, Carolina de Jesus, Luiza Mahin, Marielle Franco e todas que estiveram e ainda permanecem em luta! [...]

Considerações finais

A perpetuação das decisões políticas na mão de um grupo específico composto por sujeitos brancos, ricos e homens faz parte do pacto da branquitude (BENTO, 2022). A ideia da supremacia branca isso é a elaboração e fortalecimento de uma concepção de sociedade na qual um grupo domina (os brancos) e outro é dominado (negros) assegura, na política, entre outras esferas, privilégios para os dominadores relega aos dominados péssimas condições de existência no mundo. Isso quando esse ideal não promove a morte de certos sujeitos, aqui me refiro ao conceito de necropolítica (MBEMBE, 2018).

Questionando e abalando as decisões políticas partidárias do pacto da branquitude existem mulheres como Benny Briolly. Duplamente histórica: Benny Briolly foi a primeira mulher trans a ocupar o mandato de vereadora no Estado do Rio de Janeiro; foi vítima no julgamento que levou à primeira condenação de violência política de gênero no Brasil.

Referências Bibliográficas

BENTO, Cida. **O pacto da branquitude**. São Paulo: Companhia das Letras, 2022

BEZERRA, I. A.; CORDEIRO, D. F. Twitter na mira: um estudo sobre a repercussão do caso Daniel Silveira. **Revista Panorama** - Revista de Comunicação Social, Goiânia, Brasil, v. 12, n. 2, p. 24–28, 2023.

Disponível em: <https://seer.pucgoias.edu.br/index.php/panorama/article/view/13013>. Acesso em: 15 jun. 2024.

COLLINS, Patricia Hill. Epistemologia feminista negra. In. BERNARDINOCOSTA, Joaze; MALDONADO-TORRES, Nelson; GROSGOUEL, Ramón. (Org.). **Decolonialidade e pensamento afrodiaspórico**. Belo Horizonte: Editora Autêntica, 2019.

GONZALEZ, Lélia. **Por um feminismo afro-latino-americano**: ensaios, intervenções e diálogos. Flavia Rios; Márcia Lima (org.). Rio de Janeiro: Zahar, 2020.

KILOMBA, Grada. **Memórias da plantação**: episódio de racismo cotidiano. Jess Oliveira (trad.). Ed. Cobogó: Rio de Janeiro, 2019.

MBEMBE, Achille. **Necropolítica**: biopoder, soberania, estado de exceção, política da morte; Renata Santini (trad.), São Paulo: n-1 edições, 2018.

SARTORI, Caio. Quatro anos depois, dupla posa de novo com placa quebrada de Marielle. **Revista Veja**, 8 mar. 2022. Disponível em: <https://veja.abril.com.br/politica/quatro-anos-depois-dupla-posa-de-novo-com-placa-quebrada-de-marielle>. Acesso em: 02 mai. 2024.

RAPOSO, Fabrício da Silva. O “caso Daniel Silveira” à luz do modelo estratégico de tomada de decisão. **Virtuajus**, ano 7, n. 12, pp. 267-278, 2022.

Disponível em: <https://periodicos.pucminas.br/index.php/virtuajus/article/view/29009>. Acesso em: 02 mai. 2024.

PEREIRA, Iza Maria; ROCHA, Camila Alves; FERREIRA, Ruberval. Indulto presidencial: uma análise das operações da ideologia presentes em um pronunciamento do ex-presidente Jair Bolsonaro. **Diálogo das Letras**, Pau dos Ferros, v. 13, p. 1-16, 2024

Disponível em <https://periodicos.apps.uern.br/index.php/DDL/article/view/5753/4248>. Acesso em: 05 mai. 2024.

THUSWOHL, Maurício. A ‘maldição’ da placa quebrada. **Carta Capital**, 23 abr. 2022.

Disponível em:

<https://www.cartacapital.com.br/politica/a-maldicao-da-placa-quebrada/>. Acesso em: 05 mai. 2024.